

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



FREYRE, Gilberto de Mello (Recife, Brasil, 1900 – Recife, Brasil, 1987)

Nascido em Recife, Pernambuco, a 15 de março de 1900, Gilberto Freyre descendia de estirpes tradicionais do Nordeste brasileiro tanto pelo lado paterno quanto pelo materno, porém então em decadência por conta do fim da escravidão e das crises da economia açucareira. Seu pai, Alfredo Freyre, sentira diretamente o impacto desse declínio, uma vez que tivera o projeto de estudar em Coimbra abortado pelo abalo que a abolição da escravatura, em 1888, causou nas finanças familiares. Ficando em sua terra natal, formou-se advogado, foi professor, tornou-se Juiz de Direito e chegou a catedrático de Economia Política na Faculdade de Direito do Recife, sempre atento e atualizado em relação à vida europeia, “afrancesado” e “admirador da Inglaterra”, como lembraria o próprio Gilberto ao falar de suas origens (“Raízes brasileiras de um recifense sempre itinerante”, 1981, p. 129). Tais traços eurocêntricos, assim como os de uma grande erudição, marcariam profundamente o filho – ou os filhos, pois o irmão de Gilberto, Ulisses, também os absorveria –, complementados pela “fala menos erudita, porém não relaxa [sic]” da mãe, Francisca de Mello Freyre, “que sabia seu francês e lia Alencar e Eça” (idem, p. 128). Ainda de acordo com suas reminiscências, desde cedo manifestou um gosto pelo desenho e pela pintura, de tal modo que “não sentia necessidade de aprender a ler e a escrever”. Este aprendizado viria tardiamente, por volta dos oito anos de idade, graças à atuação de um professor inglês amigo de seu pai, Mr. Williams, que, com habilidade, promoveu a alfabetização do menino (em língua inglesa, naturalmente...). Pela mesma época, embora fosse “de família tradicionalmente católica”, ingressou no Colégio Americano Gilreath, de orientação protestante (batista), decerto pelos laços profissionais e pessoais de seu pai com a instituição, na qual foi professor e diretor. Nesta escola estudou até obter o grau de bacharel em Ciências e Letras, em 1917. Ao longo de seu percurso formativo, deu aulas de latim (aprendido com o pai) no próprio colégio, envolveu-se em atividades literárias e sociais, tomou aulas particulares de francês e estreou, em 1916, como conferencista, pronunciando na capital da Paraíba, estado vizinho a Pernambuco, uma exposição sobre “Spencer e o problema da educação no Brasil”, depois publicada no jornal *O Norte*.

Data também da época dos primeiros movimentos intelectuais o seu encontro, em 1917, com o historiador e diplomata pernambucano Manoel de Oliveira Lima (1853-1928) e a profunda e marcante



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

amizade daí nascida. Iniciada em Recife, ela se intensificou nos anos seguintes em outro cenário, os EUA, país em que Oliveira Lima já se havia fixado pessoal e profissionalmente, com a doação de sua grandiosa biblioteca à The Catholic University of America, em Washington, e para onde Gilberto Freyre seguiu, em 1918, para realizar seus estudos superiores – primeiro na Universidade de Baylor, em Waco (Texas), depois na Universidade de Columbia, em Nova Iorque. Em Baylor, destino definido tanto pelas ligações acadêmicas e religiosas entre a Universidade e o colégio recifense quanto pelo fato de seu irmão já estudar lá, ele ficou até 1920, quando obteve o grau de *Bachelor of Arts*; no ano seguinte, ingressou na Faculdade de Ciências Políticas de Columbia interessado em obter o doutoramento, mas razões pessoais de várias ordens (de dilemas financeiros à solidão), fizeram com que se limitasse a apresentar, em 1922, uma dissertação de mestrado (*Master of Arts*), intitulada *Social life in Brazil in the middle of the 19th Century*, publicada no mesmo ano na *Hispanic American Historical Review* (v. 5, n. 4, nov. 1922). No decorrer desse período, Oliveira Lima tornou-se seu mentor intelectual e, mais do que isso, uma espécie de “segundo pai”, possibilitando-lhe amparo pessoal e franqueando-lhe uma preciosa rede de relações, a qual, inclusive, garantiu seu orientador em Columbia, o professor de História William Shepherd.

Concluída a formação na América do Norte, Gilberto Freyre viajou pela Europa por alguns meses, entre agosto de 1922 e março de 1923, passando por França, Alemanha, Inglaterra, Portugal. Aqui, demorou-se e fez “contatos, na Universidade de Coimbra, com estudantes romanticamente boêmios, mas também com Eugênio de Castro, com Joaquim de Carvalho, o filósofo, com o Conde de Sabugosa – último dos ‘vencidos da vida’ no qual encontrou alguma coisa de Eça –, com Fidelino de Figueiredo, o crítico literário, com Paulo Merêa, o jurista” (“Menos especialista que generalista”, 1981, p. 142-143). Tanto quanto os contatos, senão até mais que eles, contudo, é a própria experiência da viagem que marca o início da vida madura de Freyre, algo que, sem aí se cessar, irá se desdobrar de modo decisivo em sua obra, como Fernando Nicolazzi e Maria Lucia Garcia Pallares-Burke, cada um a seu modo, já apontaram com argúcia. De volta, não sem hesitação, à Recife natal, passou a colaborar com o *Diário de Pernambuco* e a *Revista do Brasil* e integrou-se a círculos literários locais e regionais, que pouco a pouco amplia em direção ao Rio de Janeiro, então a capital do país e o centro de sua vida cultural. É assim que estabelece relações – algumas mais próximas e duradouras, outras nem tanto – com nomes que, como ele, nos anos 1930 viriam a se afirmar no cenário intelectual brasileiro, como José Lins do Rego, Manuel Bandeira, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda. No final da década, exercitou a Sociologia aprendida nos Estados Unidos trabalhando, a partir de 1928, como professor dessa cadeira na Escola Normal de Pernambuco, ao mesmo tempo em que continuava a ser secretário do governador do Estado, Estácio de Albuquerque Coimbra, cargo assumido no ano anterior para surpresa de seus amigos estrangeiros e brasileiros, que se perguntavam qual sentido havia em um pensador de seu quilate se envolver com a vida política e suas vicissitudes.

Não deixa de ser irônico notar que foram justamente as vicissitudes da vida política que deram novo e



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

decisivo impulso à atividade intelectual de Freyre. Afinal, seu livro de estreia, *Casa-grande & senzala. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*, publicado no Rio de Janeiro por Maia & Schmidt na virada de 1933 para 1934, é uma obra escrita “na condição de emigrado”, como ele mesmo diria muitos anos mais tarde (“Como e porque escrevi *Casa-grande & senzala*”, 2002 [1968], p. 708). Forçadamente emigrado, uma vez que a Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao governo central e provocou um rearranjo nos poderes locais Brasil afora, levou-o também a exilar-se, acompanhando o destituído amigo Estácio Coimbra. Foi então que, ainda em suas palavras, lhe veio “a ideia de escrever um trabalho que abrisse novas perspectivas à compreensão e à interpretação do Homem através de uma análise do passado e do *ethos* da gente brasileira” – trabalho esse já vislumbrado em 1926, quando, em passagem por Washington, aproveitara a riqueza da biblioteca do velho mestre Oliveira Lima para estudos e anotações, mas mantido “em segredo quase absoluto” até o final da década (idem, p. 709). Nada há de gratuito, portanto, nas linhas que abrem *Casa-grande & senzala*, aquelas do primeiro parágrafo da primeira edição: “Em outubro de 1930 ocorreu-me a aventura do exílio. Levou-me primeiro à Bahia; depois a Portugal, com escala pela África. O tipo de viagem ideal para os estudos e as preocupações que este ensaio reflete” (CGS, 2003 [1933], p. 29). Desnecessário dizer, agora a viagem (e sua experiência), por atípica e imprevista que fosse, não apenas se faz presente na obra: antes, a compõe, como demonstra o emprego do adjetivo “ideal” a qualificá-la.

Arquitetado e escrito entre 1930 e 1933, com o autor circulando, de modo um tanto errante e não sem dificuldades, entre a América e a Europa, entre o Rio de Janeiro e Recife, o ensaio parecia não entusiasmarlo às vésperas do lançamento. Em carta ao amigo Rodrigo Melo Franco de Andrade, que, no Rio, o representava junto ao editor Augusto Frederico Schmidt, Freyre dizia: “esse livro já me deu bastante trabalho e aborrecimento – e o meu papel agora é cuidar de outra vida, e entregar o livro aos seus verdadeiros e legítimos donos – o editor e os possíveis curiosos que se deem ao trabalho de comprá-lo e lê-lo. Preciso realmente cuidar da vida” (*À sombra das palmeiras*, 2010, p. 131-132). Uma vez nas livrarias, porém, suas mais de trezentas páginas provocaram grande e imediato impacto, com praticamente todos os nomes importantes da crítica rendendo elogios e mais elogios à excelência do texto, das análises que apresentava e dos fundamentos, tanto teóricos quanto documentais, que a sustentavam. Reparos não deixaram de ser feitos, como à linguagem empregada pelo autor, que alguns viam como “pouco séria” para uma abordagem “científica”, ou à ausência, reclamada por outros, de um fio condutor claro, que apontasse para conclusões precisas sobre o assunto em tela; ainda assim, pode-se dizer que houve então unanimidade no reconhecimento do valor e da importância da obra. De modo preciso, um desses críticos, Yan de Almeida Prado, escreveu logo em janeiro de 1934 que “críticas mais acerbas e menos sinceras ele [Freyre] irá sofrer da imprudência que cometeu entre nós, enveredando pelo terreno escorregadio e irritante para o cientista indígena quando se aplica métodos modernos à sociologia. Todas as nugas e falhas da



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

revisão, feita na ausência do autor, serão catadas para puni-lo do crime de ter demonstrado tão peregrino talento. O livro de Gilberto Freyre parece-me que vai ser o último embate entre modernos e antigos, entre a velha e a nova geração” (*Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*, 1985, p. 55). A mesma sensação decerto tiveram os membros da prestigiosa Sociedade Fellipe de Oliveira, que, um ano depois, deram a *Casa-grande & senzala* o prêmio de “livro do ano”, decisão por sua vez saudada por outro crítico, Saul Borges Carneiro, como a merecida glória de uma obra que não seria “somente o melhor livro de 1934. É o melhor livro de uma época” (idem, p. 159).

Numa palavra, o sucesso de *Casa-grande & senzala* promoveu a consagração de Gilberto Freyre e da novidade que sua análise representava frente aos estudos sobre o Brasil. “Novo” poderia ser seu adjetivo-síntese, já que tudo no livro trazia tal marca: os novos sujeitos históricos apresentados, isto é, o senhor de engenho, o escravo e o mundo à sua volta; a nova abordagem empreendida, centrada no âmbito privado das relações entre tais sujeitos, com a família como peça-chave e o binômio do título como expressão da vida social; a nova explicação oferecida, que, atenta aos ensinamentos de Franz Boas (de quem fora aluno em Columbia), diferenciava “raça” de “cultura” e enfatizava a positividade da miscigenação; as novas fontes empregadas, como livros do Santo Ofício, cartas dos jesuítas e outros documentos eclesiásticos, inventários e testamentos, livros de viagem, cadernos de modinhas, de receitas e de etiqueta, jornais, romances, memórias, depoimentos e biografias, até mesmo a iconografia; a nova prosa que organizava, articulava e expressava aquilo que a pesquisa e a análise alcançavam – uma prosa solta, fluente, vívida, intensa. Mas, a novidade fundamental, aquilo que constituía sua maior inovação e, talvez, fosse a principal razão para que impressionasse tanto, era dada pelo conjunto, que reunia todas essas características em uma única obra, manejadas por um único autor. Tal como acontecera décadas antes com *Os Sertões* (1902), o livro de Freyre revelava uma força interpretativa surpreendente, a qual descortinava aos leitores aspectos até então pouco ou nada considerados acerca da formação da sociedade brasileira – e, por isso mesmo, passaria a ser comparado, com vantagens, à obra-prima de Euclides da Cunha. Além disso, Freyre ainda prometia mais, pois, como dizia já quase ao final do prefácio de *Casa-grande & senzala*, “o propósito de condensar em um só volume todo o trabalho, não o consegui infelizmente realizar. O material esborrou, excedendo os limites razoáveis de um livro. Fica para um segundo o estudo de outros aspectos do assunto – que aliás admite desenvolvimento ainda maior” (CGS, 2003 [1933], p. 50-51).

Este segundo livro apareceu em 1936, com o título *Sobrados e mucambos. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*, publicado pela Companhia Editora Nacional, de São Paulo, em sua respeitabilíssima Coleção Brasiliana, mesmo ano em que o editor Schmidt lançou a segunda edição de *Casa-grande & senzala*. Gilberto Freyre aproveitou a coincidência para explicar e sustentar, no espaço das próprias obras, o seu modo de analisar o Brasil: no novo prefácio a *Casa-grande*, afirmava ter se limitado a “procurar fixar certos aspectos da formação patriarcal da família brasileira, às vezes aventurando-se a



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

interpretações”, mas a tarefa de concluir, “por certo mais nobre”, deixava para um grupo que vagamente denominava “pensadores”, pois ali se reuniam apenas “um grupo de fatos que, por sua significação social, talvez deem um pouco que pensar”. Mais adiante, ao justificar a escassez de referências aos “grandes mestres da nossa história”, como Francisco Adolfo de Varnhagen, Capistrano de Abreu e Oliveira Lima, explicava-se pelo fato de ter conferido primazia à variedade e quantidade de fontes frente à bibliografia, o que “humanizaria” a reconstrução do passado (CGS, 1936, p. 33-34). Na mesma linha, o prefácio de *Sobrados e mucambos* apresentava o novo ensaio como a continuação da “tentativa de reconstituição e de interpretação de certos aspectos mais íntimos da história social da família brasileira iniciada em trabalho anterior”, elaborada “dentro do mesmo critério e da mesma técnica de estudo” (*Sobrados e mucambos*, 1985 [1936], p. 38). Por este motivo, mais adiante ele também advertia que a segunda parte de seu estudo continuaria a causar estranheza naqueles ávidos por conclusões, pois estas estavam quase ausentes – embora a ausência não significasse “repúdio de responsabilidade intelectual pelo que possa haver de pouco ortodoxo nestas páginas. De contrário ao estabelecido, ao aceito, ao consagrado”. Ela era, na verdade, uma “qualidade revolucionária”, advinda “da própria evidência do material aqui reunido e aqui revelado e interpretado dentro da maior objetividade possível, de método e de técnica”, com vistas a compreender em conjunto a “série de desajustamentos profundos, ao lado dos ajustamentos e dos equilíbrios”, que haviam formado o Brasil. Como “o humano só pode ser compreendido pelo humano – até onde pode ser compreendido”, havia que “deixar-se espaço para a dúvida e até para o mistério”, agindo com “humildade diante dos fatos”: isto era o que se impunha “aos novos franciscanos que procuram salvar as verdades da História, tanto das duras estratificações em dogmas, como das rápidas dissoluções em extravagâncias de momento” (idem, p. 50-51).

Não deve restar dúvida, portanto, de que Gilberto Freyre pensava, falava e escrevia como historiador. E, tomados em par, os textos citados podem ser lidos como um verdadeiro manifesto por uma nova história do Brasil. Uma história livre, até onde fosse possível, de ideias preconcebidas e, ao mesmo tempo, permeada pela sociologia, pela antropologia, pela psicologia ou qualquer outra ciência que possibilitasse a melhor compreensão de seus processos. Uma história apoiada em fontes as mais diversas, que permitissem tanto a reconstituição multifacetada e global do passado quanto a compreensão da sua dinâmica. Uma história marcada pelo comprometimento do historiador com seu objeto, produzida pelo entrecruzamento da objetividade científica com a subjetividade analítica. Uma história que, sem se limitar apenas a si mesmo, orientasse modernas interpretações da sociedade brasileira, que avançassem os limites das abordagens habituais, ou “tradicionais”. Uma história, enfim, que revolucionasse o conhecimento sobre o Brasil e se convertesse, no limite, em seu novo paradigma. Pode-se dizer também que, apoiado na bagagem adquirida em seus estudos e pesquisas no exterior e, sobretudo, na reflexão original que empreendeu sobre dimensões até então pouco ou nada consideradas pela historiografia mundo afora, Freyre promovia o seu



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

próprio combate pela história, sendo “um genuíno pioneiro”, como há tempos notou o inglês Asa Briggs (e, mais recentemente, Peter Burke), “na elaboração do que Lucien Febvre designou, em 1949, ‘um novo tipo de história’” (“Gilberto Freyre e o estudo da história social”, 1981, p. 35). Não por acaso, seria o mesmo Febvre quem viria a prefaciar a tradução francesa de *Casa-grande & senzala*, publicada pela Gallimard em 1952 sob o título *Maîtres et Esclaves*, o que demonstra à perfeição a sintonia entre o trabalho do pernambucano e o dos franceses dos *Annales* nos idos de 1930, ainda que um e outros trilhaassem então seus caminhos por si mesmos e às suas maneiras. Nenhum problema quanto a isso, ao contrário: as trajetórias em paralelo servem para lembrar, como ainda diz Briggs, que “um novo tipo de história” sempre resulta do “trabalho de muitas mãos em muitos lugares” (idem, ibidem), esvaziando assim eventuais juízos de valor e hierarquizações anacrônicas perante obras e autores.

Ainda em 1936, Gilberto Freyre foi convidado pelo editor José Olympio Pereira Filho a assumir a direção da Coleção Documentos Brasileiros, a ser lançada no mesmo ano. Mais importante que a considerável remuneração, que se somaria aos proventos recebidos como professor, desde 1935, da recém-fundada Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, a oferta representava a oportunidade de ocupar uma posição privilegiada dentro de uma das principais editoras do país e, assim, intervir de modo mais direto sobre o circuito de produção e circulação de ideias. Aceito o convite e com autonomia total na definição dos títulos da série, ele não apenas ganhava um espaço em potencial para seus futuros livros como, em especial, uma possibilidade concreta de ampliar para além de sua própria obra os seus esforços no sentido da renovação do conhecimento sobre o Brasil, e não deixaria de aproveitá-la para estabelecer um programa de ação centrado em seus próprios interesses intelectuais. Seu texto de apresentação ao primeiro volume da coleção – *Raízes do Brasil*, de Sergio Buarque de Holanda –, intitulado justamente “Documentos Brasileiros”, já o evidenciava com clareza, à medida que emulava as bases de sua própria obra individual, a começar da atenção dedicada ao caráter histórico de memórias, biografias, livros de viagem e toda “uma variedade de material em grande parte ainda virgem”. Também a “história íntima” da sociedade, reivindicada na abertura de *Casa-grande & senzala*, reaparecia na referência àqueles “que procuram conhecer o passado brasileiro na sua maior intimidade”, assim como o acento no caráter diversificado da história e na necessidade de abordá-la com “humildade”, porém sem deixar de quebrar a sua rigidez para assim “humanizá-la”. Por conseguinte, nada mais lógico que os autores elencados como colaboradores do projeto tivessem grande afinidade com seu diretor, de amigos como Octavio Tarquínio de Sousa, Olívio Montenegro e o próprio Sergio Buarque a investigadores ligados às modernas ciências sociais e ao meio acadêmico no Brasil e no exterior, como Heloisa Alberto Torres, Donald Pierson, Pierre Deffontaines, Percy Alvin Martin. Ou seja, a arquitetura da coleção nada mais era senão uma bem planejada extensão da casa-grande intelectual construída por Freyre, que a administrou com grande zelo até 1938, quando decidiu deixar o cargo (coincidência ou não, no mesmo ano deixa a cátedra na Universidade do Distrito Federal);



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

jamais deixaria, todavia, de estar próximo a ela e a José Olympio, editor e editora, que, de fato, tornaram-se responsáveis por publicar o grosso de sua obra até o final do século, incluindo *Casa-grande & senzala*.

Ao se iniciar a década de 1940, Gilberto Freyre era reconhecidamente um dos intelectuais brasileiros mais importantes da primeira metade do século, senão o mais importante. Esta posição, sedimentada pelo sucesso de seus livros, pela colaboração em diversos jornais e revistas nacionais e estrangeiras e pela atuação como conferencista e professor dentro e fora do país, lhe permitia viver como um *scholar* independente, sem vínculos formais de ordem profissional ou institucional – ou, como ele gostaria de dizer, como um escritor, simplesmente. *Casa-grande & senzala* firmou-se, cada vez mais, como obra maior, a qual irradiava suas ideias-força sobre todo o restante de sua produção (por vezes, obscurecendo-a), e esta, não bastasse já não ser pequena, continuava a se expandir a ponto do prolífico autor propor e insistir junto a José Olympio a reunião de toda ela numa coleção própria, a “Gilbertiana” – sonho realizado em 1958, com o nome oficial de “Obras reunidas de Gilberto Freyre”. Convites, homenagens, prêmios e títulos também se tornaram frequentes daí por diante, e em número crescente à medida que avançavam os anos, chegando até a ser condecorado Cavaleiro do Império Britânico (*Sir*), em 1971. Na vida pessoal, casou-se em 1941 com Maria Magdalena Guedes Pereira, com quem teve dois filhos, Fernando e Sonia, e fixou residência no bairro recifense de Apipucos, num sobrado que hoje é a Casa-Museu Magdalena e Gilberto Freyre, sede da Fundação Gilberto Freyre. Por essa época, também retornou à vida política, desta vez como deputado federal; eleito em 1945, após o fim do Estado Novo de Getúlio Vargas, pela conservadora União Democrática Nacional (UDN), tomou parte nos trabalhos da elaboração de uma nova Constituição, promulgada em 1946, e integrou a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados durante o mandato ordinário, que durou até janeiro de 1951, não tendo sido reeleito. Seu principal projeto, aprovado em 1949, foi o de criação do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, atualmente Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), que rapidamente se firmou como centro de pesquisa dos mais destacados do país e onde ele próprio passou a ministrar cursos e conferências, como faria também na Universidade Federal de Pernambuco com o Seminário de Tropicologia, de 1966 a 1979 (transferido, a partir de 1980, para a própria Fundaj). Não voltaria mais à política, mas manteve-se muito próximo a ela, em particular após o golpe civil-militar de 1964, que instituiu a ditadura que duraria até 1985: embora tenha recusado diversos cargos no governo dos generais, como os de ministro da Educação e Cultura e de embaixador do Brasil na Unesco, foi um apoiador do regime e não se furtou a colaborar com instituições como o Conselho Federal de Cultura e a Arena, o partido governista, posturas que traíam seu conservadorismo (para alguns, reacionarismo) político e acabaram por turvar a apreciação acadêmica de sua obra por um bom tempo.

Quanto a Portugal, lugar especial ocupa na vida e na obra de Gilberto Freyre, e vice-versa. Iniciada, como dito, à época de sua primeira visita à Europa, nos anos 1920, a relação entre o autor e o país se consolida quando da também mencionada “aventura do exílio”, em 1930, por mais que aqueles tempos



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

tenham sido difíceis: se, no prefácio a *Casa-grande & senzala*, Freyre diz ter aproveitado Lisboa para familiarizar-se “com a Biblioteca Nacional, com as coleções do Museu Etnológico, com sabores novos de vinho-do-porto, de bacalhau, de doces de freiras”, além de ir “a Sintra e aos Estoris” e “abraçar amigos ilustres”, como João Lúcio de Azevedo, décadas mais tarde ele escreverá que então, “quase sem dinheiro algum, passara a viver a mais miserável das vidas que já vivera” (“Como e porque escrevi...”, p. 710). Salvou-o o convite da Universidade de Stanford (EUA), cujo rumo tomou em 1931 para, como professor visitante, ministrar cursos sobre o Brasil ao longo do ano, oportunidade que lhe permitiu definir o projeto de seu futuro livro – “um livro que fosse uma nova reconstituição, uma nova introspecção e uma nova interpretação de uma sociedade de origem europeia desenvolvida, com elementos extra europeus de etnia e de cultura, em espaço tropical; e à base de uma organização patriarcal e escravocrática de economia, de família, de convivência” (idem, p. 711-712). Um livro que, por isso, ao falar da formação da sociedade brasileira, muito fala da história de Portugal e, principalmente, da “aptidão para a vida tropical” e da “tendência à plasticidade social” dos portugueses, demonstradas, primeiro, na própria Península com muçulmanos e judeus, depois na Índia, na África e, em definitivo, na América, ecoando a historiografia de Herculano, Oliveira Martins e Teófilo Braga (os dois primeiros, largamente citados em suas páginas). No final da década, esta ideia começaria a ganhar novos contornos: em *O mundo que o português criou* (título por si muito sugestivo), de 1940, Freyre diz, no prefácio, que o ponto de vista de sua análise é o da “unidade de sentimento e de cultura formada por Portugal e pelas várias áreas de colonização portuguesa na América, na África, na Ásia, nas ilhas”, pois a “constante interpenetração de valores culturais diversos” e a “abundante miscigenação” é que daria “riqueza, força e capacidade de expansão não só ao todo nacional luso-brasileiro, como ao conjunto de culturas nacionais ou regionais marcadas pela de Portugal e de que o Brasil é hoje a expressão mais destacada”. Em tempos marcados pelo autoritarismo político tanto num lado quanto noutro do Atlântico, não seria difícil atribuir e acentuar um tom ideológico a tal perspectiva, o que foi habilmente realizado pelo regime de Salazar a partir do início dos anos 1950, com a “complacente cumplicidade de Gilberto Freyre”, como diz o historiador João Medina (“Gilberto Freyre contestado”, 2000, p. 50). Convidado pelo Estado Novo a visitar as colônias, entre agosto de 1951 e fevereiro de 1952 Freyre viajou por Guiné, Cabo Verde, Angola, Moçambique e Índia, além da própria metrópole, voltando a Apipucos com “os olhos cheios de Portugal” e dois livros prontamente escritos, *Um brasileiro em terras portuguesas* e *Aventura e rotina*, ambos publicados em 1953. Em ambos, as bases de “uma possível lusotropicologia”, a qual seria, como dito no prefácio a *Um brasileiro...*, “o estudo sistemático de todo um conjunto ou de todo um complexo de adaptações do português aos trópicos e dos trópicos não ao jugo imperial, mas à especialíssima vocação transeuropeia, da gente portuguesa. Não só transeuropeia: especificamente tropical”. Da lusotropicologia ao lusotropicalismo foi um passo e, para citar novamente Medina (p. 61), “desde então a máquina de propaganda do regime português não mais deixaria de



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

capitalizar em proveito da sua política colonial as posições de Freyre”.

Como costuma ocorrer com os autores de produção rica e vasta, a obra de Gilberto Freyre tornou-se incontornável: não há como evitá-la ao se estudar o Brasil e muitas de suas ligações históricas com o mundo (a começar, evidentemente, de Portugal), ainda que nem sempre o contato se faça de modo direto. Foi em larga medida graças ao impacto de *Casa-grande & senzala*, por exemplo, que o escravismo veio a se consolidar como um dos motes tão cruciais quanto férteis de nossa historiografia, ainda que, como observa Dain Borges, “as vertentes mais produtivas dessa historiografia nacional considerem-se, geralmente, antifreyrianas” (“Como e por que a escravidão voltou à consciência nacional na década de 30”, 2003, p. 206). O mérito de Freyre, neste caso, residiu em trazer de novo à luz a presença marcante, em sentido amplo, do escravo na vida da colônia e, depois, na do país independente, assunto sintomaticamente desaparecido dos debates intelectuais e políticos após a Abolição, ocorrida em 1888. Ao fazê-lo e, sobretudo, ao fazê-lo da forma como fez, “abriu caminho para a moderna compreensão histórica do passado brasileiro, insistindo na centralidade da escravidão na formação da sociedade brasileira” (idem, p. 217). Análise semelhante à de Stuart Schwartz, que diz que, antes de *Casa-grande & senzala*, “outros autores haviam escrito sobre a escravidão; depois, muitos questionaram as interpretações de Freyre; mas, em sua obra, a escravidão e o negro tornaram-se os assuntos principais, os *leitmotifs* da historiografia brasileira” (“Gilberto Freyre e a história colonial: uma visão otimista do Brasil”, 2001, p. 110). Vale notar, ainda, que citar especificamente estes dois historiadores norte-americanos de gerações diferentes tem o propósito deliberado de realçar o alcance e o reconhecimento do papel de Freyre para um campo de estudos da maior importância, o qual, não é difícil perceber, não se limita a barreiras linguísticas ou fronteiras geográficas. Em contrapartida, como também costuma acontecer com os grandes autores, o pernambucano não escapou a incompreensões e equívocos interpretativos, o principal deles sendo, decerto, o que lhe atribui a responsabilidade pela “tese”, segundo alguns, ou “mito”, segundo outros, da “democracia racial brasileira”. Como tal associação não resiste a uma leitura honesta e atenta da obra freyriana e, além disso, já foi discutida e contestada por vários críticos argutos que assim a abordaram, é difícil não concordar com Hermano Vianna e David Lehmann, que, em trabalhos diferentes, convergem para a mesma conclusão: trata-se de um clichê que distorce e falseia o pensamento de Freyre, muitas vezes com a consciente intenção de difamá-lo (“A meta mitológica da democracia racial”, 2001; “Gilberto Freyre: a reavaliação prossegue”, 2008). A isto se poderia acrescentar também que o clichê acaba por reduzir sua obra à trilogia da formação da sociedade patriarcal no Brasil – *Casa-grande & senzala*, *Sobrados e mucambos* e o tardio *Ordem e progresso*, publicado em 1959 e voltado às transformações sociais pautadas pelas passagens da escravidão ao trabalho livre, da monarquia à república, do século XIX ao XX –, obscurecendo outros títulos originais e pioneiros que escreveu, como *Nordeste* (1937), apresentado como “uma tentativa de estudo ecológico” acerca da área produtora de cana-de-açúcar que conhecia tão bem; ou



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

como *Inglese no Brasil* (1948), um ensaio sobre “aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura” do país; ou ainda como *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX* (1963), cujo título, eloquente por si só, é também revelador de sua sensibilidade a registros do passado que poderiam servir como poderosas fontes documentais.

Não se deve pensar, contudo, que as ideias de Gilberto Freyre estejam, ou escapem, a reparos e questionamentos pertinentes. Os limites e equívocos de sua interpretação da dinâmica da miscigenação e do processo da colonização portuguesa da América, os usos políticos e ideológicos do lusotropicalismo – tanto em Portugal quanto no Brasil, aliás –, a suposta ausência de “rigor metodológico”, senão “científico”, em seus trabalhos, o alcance e a validade de suas análises para além do recorte específico da sociedade açucareira, para mencionar os tópicos mais recorrentes da crítica, foram e, de certa forma, continuam a ser objeto de muita tinta desde a década de 1960, pelo menos. Ao mesmo tempo, a afirmação, nas últimas décadas, de vertentes historiográficas dedicadas à cultura, à vida privada, à vida material vêm promovendo uma redescoberta de seus trabalhos, com leituras sob prismas que, sem deixar de avaliar suas contribuições, nem de desconsiderar as avaliações já feitas a seu respeito, lançam nova luz sobre eles. Sinal da vitalidade de sua obra e do quão provocador de reflexões e desdobramentos, tanto diretos quanto indiretos, foi o seu pensamento. Sinal, sobretudo, de um autor clássico, no pleno sentido da palavra: aquele que, quanto mais lemos, mais nos instiga a descobertas.

Bibliografia activa: *Casa-grande & senzala*, São Paulo, Global, 2003 [1ª ed., Rio de Janeiro, Maia & Schmidt, 1933]; *Sobrados e mucambos*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1985 [1ª ed., Rio de Janeiro, Nacional, 1936]; *Nordeste*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1937; *O mundo que o português criou*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1940; *Região e tradição*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1941; *Interpretação do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1947; *Inglese no Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1948; *Um brasileiro em terras portuguesas*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1953; *Aventura e rotina*, Rio de Janeiro, 1953; *Ordem e progresso*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959; *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, São Paulo, Global, 2010 [1ª ed., Recife, Imprensa Universitária, 1963]; “Como e porque escrevi *Casa-grande & senzala*” [1968], em GIUCCI, Guillermo, RODRÍGUEZ LARRETA, Enrique e FONSECA, Edson Nery da (coordenadores), *Casa-grande & senzala: edição crítica*, Madrid, Barcelona, La Habana, Lisboa, Paris, México, Buenos Aires, São Paulo, Lima, Guatemala, San José: ALLCA XX, 2002; “Raízes brasileiras de um recifense sempre itinerante” e “Menos especialista que generalista”, em *Gilberto Freyre na UnB*, Brasília: Editora UnB, 1981.

Bibliografia passiva: ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de, *Guerra e paz. Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*, São Paulo, Editora 34, 1994; BORGES, Dain, “Como e por que a

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

escravidão voltou à consciência nacional na década de 30”, em KOSMINSKY, Ethel Volfzon, LÉPINE, Claude e PEIXOTO, Fernanda Arêas (organização), *Gilberto Freyre em quatro tempos*, Bauru: EDUSC, 2003; BRIGGS, Asa, “Gilberto Freyre e o estudo da história social”, em *Gilberto Freyre na UnB*, Brasília: Editora UnB, 1981; BURKE, Peter e PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia, *Repensando os trópicos: um retrato intelectual de Gilberto Freyre*, São Paulo, Editora Unesp, 2009; CASTELO, Cláudia, *O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*, Porto: Afrontamento, 2011; FRANZINI, Fábio, *À sombra das palmeiras. A Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)*, Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa, 2010; GIUCCI, Guillermo, RODRÍGUEZ LARRETA, Enrique e FONSECA, Edson Nery da (coordenadores), *Casa-grande & senzala: edição crítica*, Madrid, Barcelona, La Habana, Lisboa, Paris, México, Buenos Aires, São Paulo, Lima, Guatemala, San José: ALLCA XX, 2002; MEDINA, João, “Gilberto Freyre contestado: o lusotropicalismo criticado nas colónias portuguesas como álibi colonial do salazarismo”, *Revista USP*, São Paulo, n. 45, março/maio 2000, pp. 48-61; LEHMANN, David, “Gilberto Freyre: a reavaliação prossegue”, *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n. 29, janeiro/junho 2008, pp. 369-385; MACEDO, Jorge Borges de, “O luso-tropicalismo de Gilberto Freire – metodologia, prática e resultados”, *Revista ICALP*, v. 15, março 1989, pp. 131-156; NICOLAZZI, Fernando, *Um estilo de história. A viagem, a memória, o ensaio: sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado*, São Paulo, Editora Unesp, 2011; PALLARES-BURKE, Maria Lucia Garcia, *Gilberto Freyre: um vitoriano dos trópicos*, São Paulo, Editora Unesp, 2005; SCHNEIDER, Alberto Luiz, “Iberismo e lusotropicalismo na obra de Gilberto Freyre”, *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 10, dezembro 2012, pp. 75-93; SCHWARTZ, Stuart, “Gilberto Freyre e a história colonial: uma visão otimista do Brasil”, em FALCÃO, Joaquim e ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de (organizadores), *O imperador das ideias: Gilberto Freyre em questão*, Rio de Janeiro: Topbooks, 2001; VIANNA, Hermano, “A meta mitológica da democracia racial”, em FALCÃO, Joaquim e ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de (organizadores), *O imperador das ideias: Gilberto Freyre em questão*, Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

Fábio Franzini



APOIOS:

